

SUMÁRIO

Nota à 2ª Edição	19
Apresentação	21
Capítulo I — Teoria geral da execução trabalhista	23
1. Introdução e aspectos críticos	23
2. Do conceito de execução trabalhista	25
3. Princípios da execução trabalhista	26
3.1. Conceito e importância	26
3.2. Dos princípios da execução trabalhista em espécie	28
3.2.1. Primazia do credor trabalhista	28
3.2.2. Princípio do meio menos oneroso para o executado	28
3.2.3. Princípio do título	30
3.2.4. Redução do contraditório	30
3.2.5. Patrimonialidade	32
3.2.6. Efetividade	32
3.2.6.1. Direito fundamental à tutela executiva	33
3.2.7. Disponibilidade	34
3.2.8. Princípio da instrumentalidade das formas	34
3.2.9. Função social da execução trabalhista	35
3.2.10. Subsidiariedade	37
3.2.11. Princípio da duração razoável do processo na execução	37
3.2.12. Princípio da ausência de autonomia da execução trabalhista (procedimento sincrético)	40
3.2.13. Princípio do impulso oficial	42
4. Da aplicação subsidiária do Código de Processo Civil e da Lei n. 6.830/80 na execução trabalhista e as lacunas da Consolidação das Leis do Trabalho	43
5. Competência para a execução trabalhista	51
6. Da alteração da competência material na execução e os processos em curso em razão da Emenda n. 45/04	53
7. Da prescrição na execução trabalhista	55
7.1. Conceito de prescrição	55

7.2. Da prescrição intercorrente	57
7.3. O Juiz do Trabalho pode reconhecer a prescrição intercorrente de ofício?	60
8. Da conciliação na execução trabalhista	66
9. Da audiência de conciliação na execução trabalhista	69
10. Requisitos preliminares da execução trabalhista (pressupostos processuais e condições da ação executiva)	70
10.1. Pressupostos processuais da execução	70
10.2. Das condições da ação	72
11. Das condições da ação em espécie	73
11.1. Legitimidade	73
11.2. Legitimidade ativa	74
11.3. Da legitimidade ativa do espólio, e sucessores	75
11.4. (Cessionário) Da cessão do crédito trabalhista	76
11.5. Do sub-rogado	77
11.6. Legitimidade passiva	78
11.7. Interesse processual	78
11.8. Possibilidade jurídica do pedido	81
12. Do mérito da execução	81
Capítulo II — Da boa-fé das partes na execução trabalhista	83
1. Dos deveres das partes e procuradores	83
2. Da litigância de má-fé no processo do trabalho	85
2.1. Da possibilidade de condenação solidária do advogado por litigância de má-fé ...	87
3. Da fraude de execução no processo do trabalho	90
4. Da fraude de execução e fraude contra credores	95
5. Do ato atentatório à dignidade da justiça	97
6. Do assédio processual na execução trabalhista	100
6.1. Da reparação do assédio processual na execução trabalhista	107
Capítulo III — Dos títulos executivos na Justiça do Trabalho	109
1. Conceito e requisitos do título executivo	109
2. Títulos executivos judiciais previstos na CLT	113
2.1. Sentença trabalhista transitada em julgado	113
2.2. Sentença trabalhista, pendente de julgamento de recurso recebido apenas no efeito devolutivo	116
2.3. Acordos homologados pela Justiça do Trabalho	116
3. Títulos executivos extrajudiciais trabalhistas	117
3.1. Os termos de ajustes de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho	117

3.2. Os termos de conciliação firmados perante as comissões de conciliação prévia .	118
4. Títulos executivos não previstos na CLT, que podem ser executados na Justiça do Trabalho	118
4.1. Judiciais	118
4.1.1. Sentença penal condenatória que atribui responsabilidade penal ao empregador, transitada em julgado	118
4.1.2. Transação extrajudicial homologada pela Justiça do Trabalho	120
4.1.3. Sentença arbitral	120
4.2. Títulos extrajudiciais previstos no CPC	124
4.2.1. A certidão de inscrição na dívida ativa da União referente às penalidades administrativas impostas ao empregador pelos órgãos de fiscalização do trabalho	124
4.2.2. Títulos de crédito oriundos ou decorrentes da relação de trabalho podem ser executados na Justiça do Trabalho	125
Capítulo IV — Da responsabilidade patrimonial	128
1. Conceito	128
2. Da responsabilidade patrimonial secundária	129
3. Dos responsáveis secundários na execução no processo do trabalho (hipóteses típicas) ...	130
3.1. Sucessão de empresas (empregadores)	130
3.2. Da responsabilidade do sócio (Desconsideração da personalidade jurídica)	135
3.3. Do sócio que se retirou da sociedade há mais de 2 anos da data do ingresso da ação	140
3.4. Bens do cônjuge	142
3.5. Da responsabilidade do devedor subsidiário	144
3.5.1. Da responsabilidade solidária da empresa integrante do consórcio de empregadores	145
3.5.2. Da responsabilidade subsidiária nos contratos de franquia	148
3.6. Responsabilidade da empresa do mesmo grupo econômico que não participou da fase de conhecimento	150
3.7. Da responsabilidade do devedor subsidiário que não participou da fase de conhecimento	152
Capítulo V — Da liquidação no processo do trabalho	155
1. Do conceito de liquidação de sentença e sua natureza jurídica	155
2. Da liquidação por cálculos no processo do trabalho. Procedimento e impactos da Lei n. 11.232/25	158
3. Se o reclamante não apresentar os cálculos, há prescrição intercorrente?	162
4. Liquidação por arbitramento	163
5. Liquidação por artigos	164
6. Da revelia na liquidação de sentença trabalhista	166

7. Da perícia na liquidação	167
8. Liquidação de títulos executivos extrajudiciais no processo do trabalho	171
9. Da natureza da decisão que decide a liquidação no processo do trabalho e impugnabilidade	172
Capítulo VI — Da execução provisória na Justiça do Trabalho	176
1. Conceito e importância	176
2. A nova execução provisória do processo civil e sua aplicabilidade no processo do trabalho	178
3. Da penhora de dinheiro na execução provisória	184
4. Execução provisória de obrigação de fazer	188
Capítulo VII — Procedimento da execução trabalhista	190
1. Introdução e o procedimento da CLT	190
2. Da liberação do depósito recursal antes do início da execução (art. 899 da CLT) ...	192
3. Do início da execução trabalhista e da citação do executado	193
4. Do procedimento de cumprimento de sentença previsto no CPC (Lei n. 11.232/05) e sua aplicabilidade no processo do trabalho	196
4.1. Do art. 475-J do CPC	196
4.2. Da aplicabilidade do art. 475-J do CPC ao processo do trabalho. Por uma mudança de mentalidade no caminho da efetividade e celeridade processuais	197
4.2.1. Da aplicabilidade da multa do art. 475-J do CPC na execução provisória no processo do trabalho	211
5. Do procedimento da execução por títulos executivos extrajudiciais no processo do trabalho	213
Capítulo VIII — Da penhora	215
1. Conceito e natureza jurídica	215
2. Dos efeitos da penhora	215
3. Da importância da penhora para a execução	217
4. Indicação de bens. Ordem de penhora. Constrição e garantia do juízo	218
5. Do auto de penhora	220
6. Dos bens impenhoráveis	221
7. Da impenhorabilidade do bem de família	223
8. Da penhora de dinheiro e bloqueio de contas bancárias	226
9. Da penhora de salário	229
9.1. Da penhora do salário depositado em caderneta de poupança	235
10. Penhora de bens imóveis	236
10.1. Do registro da penhora do imóvel e consequências	239
10.2. Da penhora do imóvel hipotecado	240

10.3. Fraude de execução (terceiro de boa-fé e a penhora de bem imóvel)	243
11. Penhora de bem gravado com alienação fiduciária em garantia	245
12. Penhora de bem gravado com <i>leasing</i>	248
13. Penhora de faturamento	249
14. Da penhora de empresa e do estabelecimento comercial	250
15. Penhora de crédito	252
16. Penhora no rosto dos autos	253
17. Substituição de penhora	253
18. Mais de uma penhora sobre o mesmo bem (concurso de credores na Justiça do Trabalho)	255
19. Do arresto cautelar (art. 653 do CPC)	256
20. Da avaliação dos bens penhorados	257
21. Do depósito dos bens penhorados e o depositário	260
22. Depositário infiel — prisão determinada pelo Juiz do Trabalho	264
Capítulo IX — Modalidades de defesa na execução do executado e de terceiros	271
1. Embargos à execução (Título executivo judicial)	271
2. Do conteúdo dos embargos à execução	273
2.1. Nulidade da citação se o processo correu à revelia	273
2.2. Prescrição da dívida	275
2.3. Cumprimento da decisão ou quitação da dívida	276
2.4. Inexigibilidade do título	276
2.5. Penhora incorreta ou avaliação errônea	276
2.6. Excesso de execução	276
2.7. Inexigibilidade do título em razão do dispositivo em que se baseava ter sido declarado inconstitucional (§ 5º do art. 884 da CLT)	277
2.8. Impugnação à liquidação	279
2.9. Matérias de ordem pública	279
2.10. Do procedimento dos embargos à execução	279
2.11. Embargos à execução por título executivo extrajudicial	282
2.12. Do requerimento de parcelamento da execução pelo executado (art. 745-A do CPC) e sua compatibilidade com o processo do trabalho	282
3. Da exceção de pré-executividade na Justiça do Trabalho	283
4. Dos embargos de terceiro	288
Capítulo X — Da expropriação de bens no processo do trabalho e disposições finais da execução	293
1. Da hasta pública	293
1.1. Formalidades da hasta pública	295

2. Expropriação	297
3. Alienação por iniciativa particular (art. 685-C do CPC, com a redação dada pela Lei n. 11.382/2006) e o processo do trabalho	298
4. Alienação por rede mundial de computadores	300
5. Arrematação — Conceito e legitimidade para arrematar	301
5.1. Da arrematação parcelada de bens imóveis (art. 690, do CPC, com a redação dada pela Lei n. 11.382/06 e sua compatibilidade com o processo do trabalho)	304
6. Adjudicação	306
6.1. Da adjudicação antes da hasta pública (art. 685-A do CPC, com a redação dada pela Lei n. 11.382/06) e o processo do trabalho	308
7. Remição da execução	310
8. Remição de bens	311
9. Prioridade da expropriação no processo do trabalho	312
10. Lance mínimo	312
11. Lance vil	314
11.1. Lance vil no processo do trabalho	318
11.2. Impugnação da expropriação no processo do trabalho	321
12. Suspensão e extinção da execução no processo do trabalho	324
13. Suspensão da execução no curso de ação rescisória	326
14. Custas e despesas processuais na execução trabalhista	327
Capítulo XI — Dos recursos na execução trabalhista	330
1. Agravo de petição	330
1.1. Delimitação das matérias objeto da controvérsia	332
1.2. Procedimento	334
2. Recurso de revista	334
2.1. Requisitos específicos do recurso de revista	336
Pressupostos objetivos	336
Pressupostos subjetivos	337
Vedação do reexame de fatos e provas	339
2.2. Hipótese de cabimento na execução de sentença	340
2.3. Transcendência no recurso de revista	341
2.4. Efeitos do recurso de revista	344
2.4.1. Devolutivo	344
2.4.2. Efeito Suspensivo	345
3. Dos embargos de declaração	345
3.1. Conceito e natureza jurídica	345
3.2. Hipóteses cabíveis	346

3.3. Caráter infringente dos embargos (Efeito modificativo)	347
3.4. Embargos de declaração em face de decisão interlocutória	348
3.5. Embargos de declaração e contraditório	348
3.6. Embargos de declaração protelatórios e multa	349
3.7. Embargos de declaração e prequestionamento	350
3.8. Do processamento dos embargos de declaração	351
4. Agravo de instrumento	352
Capítulo XII — Procedimentos especiais na execução trabalhista	356
1. Execução da parcela previdenciária	356
1.1. Da competência	356
1.2. Do procedimento da execução previdenciária	360
a) Termos de conciliação homologados na Justiça do Trabalho (art. 831 da CLT) contendo parcelas objeto de incidência de INSS	361
b) Acordo celebrado perante a comissão de conciliação prévia	362
c) Sentença trabalhista transitada em julgado, contendo parcelas objeto de incidência de INSS	362
d) Liquidação do valor	364
e) Rito da execução	366
2. Da execução em face da massa falida e empresa em recuperação judicial	366
2.1. Da alienação de bens durante o procedimento de recuperação judicial e a sucessão para fins trabalhistas	369
3. Da execução de obrigações de fazer e não fazer na Justiça do Trabalho	371
4. Execução em face da Fazenda Pública	375
4.1. Conceito e introdução	375
4.2. Procedimento na Justiça do Trabalho	376
4.3. Dos créditos de pequeno valor	381
4.4. Da Instrução Normativa n. 32/07 do Tribunal Superior do Trabalho	383
5. Da execução de parcelas sucessivas	386
6. Execução das multas administrativas aplicadas ao empregador pelos órgãos de fiscalização do trabalho	387
7. Ação anulatória	393
8. <i>Habeas corpus</i> na Justiça do Trabalho	397
8.1. Hipóteses de cabimento na Justiça do Trabalho	398
a) Ato da autoridade judiciária trabalhista	398
8.2. Competência funcional e procedimento	400
9. Ação monitória	402
9.1. A ação monitória no direito processual do trabalho	407
9.2. Do procedimento da ação monitória na Justiça do Trabalho	411

10. Mandado de segurança	412
10.1. Conceito e mandado de segurança	412
10.2. Do direito líquido e certo	413
10.3. Das competências material e funcional para o mandado de segurança	416
10.4. Mandado de segurança em face de decisão interlocutória e na execução da sentença trabalhista	418
10.5. Procedimento do mandado de segurança na Justiça do Trabalho	419
10.6. Da liminar e da recorribilidade da decisão que a aprecia	423
10.7. Da recorribilidade da decisão no mandado de segurança	425
10.8. Do prazo para interposição do mandado de segurança	426
11. Correição parcial	427
12. Execução da decisão que concede a tutela antecipada no processo do trabalho	429
13. Das medidas cautelares na execução trabalhista	433
13.1. Do poder geral de cautela do Juiz do Trabalho na execução	436
13.2. Do procedimento das medidas cautelares no processo do trabalho	436
13.3. Da medida cautelar de arresto	440
13.4. Protesto contra alienação de bens	442
Bibliografia	443